

Alterações realizadas no documento				
Item alterado	Cor	Observações	Data	Responsável pela alteração
1.2		<u>Exclusão do texto "Memorial Descritivo (Anexo II) e Planilha (Anexo III), incluindo todo material e mão de obra" no item 1.</u>	27/05	Douglas Jefferson Gusso
14.10	vermelho	<u>Alteração do texto do item e inclusão da planilha orçamentária</u>	27/05	Douglas Jefferson Gusso
15		<u>Exclusão dos itens 1, 2, 4, 5, 6 e 7 e alteração da numeração</u>	27/05	Douglas Jefferson Gusso
5		<u>Alteração do valor estimado para o valor pesquisado. De R\$ 106.822,00 para R\$ 103.214,15</u>	18/07	Douglas Jefferson Gusso
1.2	vermelho	<u>altera a palavra "itens" por "serviços"</u>	22/08	Flávio Cabral
10	vermelho	<u>altera a frase "na data prevista para a entrega da proposta" por "na data da licitação"</u>	22/08	Flávio Cabral
10		<u>exclui texto na parte operacional</u>	22/08	Flávio Cabral
14.10		<u>transforma 2 itens em apenas um global</u>	22/08	Flávio Cabral

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SERVIÇOS

Atenção: todos os itens são de preenchimento obrigatório

Data:	16/02/22
Número do PROAD aberto	1982/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

- Integrante Demandante:	Flávio Roberto O. Cabral			
- Integrante Técnico:	Douglas Jefferson Gusso			
- Integrante Administrativo:	Titular:	Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Data para início dos serviços:	Data estabelecida pelo ofício de início pela Coordenadoria de Projetos e Obras
--------------------------------	--

Catálogo (CATMAT/CATSER) (Para prrenchimento deste item, os integrantes administrativos irão auxiliar)		https://catalogo.compras.gov.br/cnbs-web/busca
220088	Sistema Combate Incêndio	

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)

1.1 Descrição resumida do Objeto:
Contratação empresa especializada para a execução de alterações na rede de sprinklers e detectores de fumaça, conforme projeto.

<p>1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de profissional responsável.</p> <p>1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I).</p> <p>O OBJETO CONTRATADO COMPREENDERÁ OS SEGUINTE SERVIÇOS:</p> <p>I-ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO</p> <p>Sistema de detecção de incêndio</p> <p>Tendo em vista que a central de alarme de incêndio do prédio é da marca EZALPHA, modelo TRIDENT-ML, os detectores de incêndio à instalar, deverão ser da marca EZALPHA, compatíveis com o modelo da central de alarme de incêndio, pois possuem um número de série que impossibilitam detectores de outras marcas e modelos.</p> <p>Materiais</p> <p>Deverão ser instalados detectores de incêndio no prédio, conforme o projeto de adaptações do sistema de detecção de incêndio, apresentado em DWG. e impresso,</p> <p>Cabeamento</p> <p>O cabo deverá atender a NBR 17.240, sistema de detecção e alarme de incêndio.</p> <p>Deverão ser instalados cabos blindados de 1,5" compatíveis com os detectores de incêndio e a central de alarme EZALPHA modelo TRIDENT-ML.</p> <p>Infraestrutura de instalação</p> <p>Serão utilizados eletrodutos condutele flexíveis estanhado do tipo sealtubo de 1/2", sendo identificadas com uma fita isolante na cor vermelha a cada 1 metro, de modo a atender a NBR 17.240</p> <p>Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, conduteletes, unidutes retos e cônicos, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.</p>

II-INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DOS CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Características do sistema

O sistema de chuveiros automáticos é existente, sendo que caixas d'água, barrilete, bomba jockey e principal, seccionadoras, tubulações gerais, subgerais, principais e registro de recalque foram mantidos, obedecendo às características do sistema.

Será necessário apenas adaptar suas áreas de abrangência de alguns bicos devido à atualização de layout.

Os bicos de "sprinklers" a serem instalados e removidos estão apontados no projeto de adaptação de sistema de chuveiros automáticos em anexo.

Deverão ser instalados bicos de sprinklers no edifício, conforme o projeto de adaptações do sistema de chuveiros automáticos, apresentado em DWG. e impresso.

Serão utilizadas tubulações de 25mm, 32mm, 40mm e 50mm de diâmetro, de aço carbono preto com costura DIN 2440 conforme NBR 5580.

Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, abraçadeiras, tirantes, pinos de aço e conexões, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado OU prazo de execução do serviço.

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Rua Barão de Jaguará, 901	8:00 às 18:00	Segunda a sexta - esporadicamente aos sábados	Coordenadoria de Projetos e Obras - Leandro A. de Moura F.: (019) 3231-9500 r. 2234 - email: cpo.secadm@trt15.jus.br
Outros:	email: cpo.secadm@trt15.jus.br		

2. ANÁLISE de VIABILIDADE

2.1 Análise e comparação entre soluções/contratações identificadas:

Não há outras soluções

Justificativa	Como já existe sistema de sprinklers e detectores de fumaça instalados no edifício sede, o mais indicado é fazer a alteração conforme indicado no projeto, pois não há necessidade de reinstalação de novo sistema. Vantagens: Maior rapidez na execução dos serviços; Menor interferência nos ambientes; Menor gasto na contratação;
---------------	---

Pode ser utilizada a planilha abaixo para especificar as soluções identificadas:

Solução	Solução 1	Solução 2	Solução 3
Descrição	Atualização do sistema existente		
Vantagens	Maior rapidez na execução, menor interferência		
Desvantagens	não há		
Atende (Sim/Não)	Sim		

2.2 Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Como já existe sistema de sprinklers e detectores de fumaça instalados no edifício sede, o mais indicado é fazer a alteração conforme indicado no projeto, pois não há necessidade de reinstalação de novo sistema. Vantagens: Maior rapidez na execução dos serviços; Menor interferência nos ambientes; Menor gasto na contratação;
Valor estimado	
Outros	não se aplica

2.2.1 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2021-2026>

Selecione abaixo:

Adequar constantemente as instalações físicas

2.2.2 Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.2.3 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

não se aplica

2.2.4 Necessidade de adequação do ambiente do Tribunal para viabilizar execução do serviço

<input checked="" type="checkbox"/>	Não há adequação a ser feita
<input type="checkbox"/>	Alteração de layout
<input type="checkbox"/>	Instalação elétrica
<input type="checkbox"/>	Instalação lógica
<input type="checkbox"/>	Instalação de divisória
<input type="checkbox"/>	Outra adequação:

2.2.5. Há algum impacto ambiental na contratação deste serviço

Não

3. SUSTENTAÇÃO do CONTRATO			
3.1 Selecione as opções abaixo para análise quanto à existência ou não de contrato:			
<input checked="" type="checkbox"/>	Entrega integral ACIMA de 30 dias	Tem contrato	
<input type="checkbox"/>	Obrigação futura, como, por exemplo, assistência técnica (EXCETO garantia do serviço ou fornecimento) ou por ser praxe de mercado a existência de contrato.		
TEM CONTRATO, preencha os itens abaixo:			
3.2 Recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado			
não se aplica			
3.3 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual			
<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação		
<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas		
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível		
Outra opção:			
3.4 Ações de transição contratual e de encerramento contratual			
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto			
É necessário sobreposição contratual?			
Não se aplica			
3.4.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação			
Não se aplica			
3.4.2. Devolução de recursos materiais			
Não se aplica			
4. ESTRATÉGIA para a CONTRATAÇÃO			
4.1 Natureza do objeto		Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)	
4.2 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupos com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	
4.3 Classificação do bem comum ou não: É possível especificar o serviço/objeto usando parâmetros usuais de mercado?			
Sim			
Justificativa:		Bem comum, tendo em vista que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado	
4.4 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas			
Pregão eletrônico			
4.4.1 Forma de julgamento:			
Menor preço			
4.4.2 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)			
Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço			
4.4.3. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).			
Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.			
<small>Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso. Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.</small>			
4.5 Classificação orçamentária com indicação da fonte de recurso			
A ser oportunamente preenchida pela Secretaria de Orçamento e Finanças.			
4.6 Equipe de Gestão da Contratação com indicação dos integrantes			
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral		
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso		
Fiscal Técnico do Contrato:	Leandro Amado de Moura		
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)		
5. PREVISÃO DE CUSTOS OU PREÇOS REFERENCIAIS			
R\$ 103.514,15(cento e tres mil,quinhentos e quatorze reais e quinze centavos)			
6. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)			

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?	
Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
6.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
6.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
6.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
6.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
6.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
6.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
6.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	
6.8. Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Não se aplica	

7. SUSTENTABILIDADE			
Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério	Descrição (NOVO GUIA - é necessário copiar e colar aqui)
todos	todos	2 - Contratação de serviços	<p>a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06.</p> <p>b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
todos	todos	3.3 - Gestão de resíduos em obras	A Contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, ao disposto nos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002.
Há especificação de ROHs?			
		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

8. ARQUIVOS	
Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado	Anexo I - PROAD 1982/2022
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Os arquivos	

9. VISTORIA / VISITA TÉCNICA	
Há previsão de vistoria/visita técnica?	
Facultativa	
	A visita técnica para a formulação das propostas é opcional, entretanto será obrigatória para o vencedor do certame, por ser imprescindível para conhecimento das condições técnicas reais e atualizadas do local para que não haja nenhum problema de ordem técnica na execução do serviço. Caso o licitante optar pela não execução da vistoria, o mesmo não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização, não podendo alterar o valor da sua proposta por qualquer motivo que a falta da vistoria possa ter proporcionado.
Se sim. Justificar:	
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)	
9.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):	

10. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/> <p>Operacional:</p>	<p>Apresentação de um ou mais Atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificadas, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Execução de serviços de instalação de sprinklers e detectores de fumaça <p>Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN nº 05/2017.</p>
<input checked="" type="checkbox"/> <p>Registro da empresa no respectivo conselho profissional:</p>	<p>Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou CAU, ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade.</p>
<input checked="" type="checkbox"/> <p>Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).</p>	<p>Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico (s) e ou membros da equipe técnica que participarão da obra que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, no caso do CREA ou documento similar de acordo com outro conselho de profissionais, relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital.</p> <p>Comprovação de que os responsáveis ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante na data da licitação. A comprovação será feita, conforme requisitos abaixo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. <p>Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA, ou em outro Conselho, em seccional distinta do local da obra, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo no momento da primeira reunião, agendada pela CPO no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato.</p> <p>Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Projeto Básico.</p>
<input type="checkbox"/> <p>Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.</p>	

11. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Não	
<p>Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):</p>	
	Não se aplica

12. GARANTIA

12.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto, grupo a qual se refere e as especificações:	
<p>A empresa contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços. A contratada responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.</p>	
<p>Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.</p>	
12.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
<p>A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato; 2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e 3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato. 	
5%	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

<p>As obrigações a serem explicitadas devem ser em relação ao objeto da contratação, como, por exemplo:</p>	
<ul style="list-style-type: none"> - Para execução dos serviços, a empresa deverá fornecer todos materiais e equipamentos necessários a seus funcionários - Os funcionários deverão estar uniformizados e identificados por meio de crachá - A empresa deverá agendar, com mínimo de 24 horas, a data de início dos serviços - A empresa deverá fornecer nomes e dados documentais dos funcionários que executarão os serviços - Ao final dos serviços, a empresa deverá fornecer relatório especificando serviços prestados com identificação do responsável e prazo de garantia - Caso se verifique algum defeito ou falha no serviço prestado a empresa deverá providenciar o devido saneamento no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da comunicação da contratante. 	
Especificações:	
13.1. Obrigações da Contratante (TRT)	
<p>Para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico, o TRT se obriga a:</p>	
<ol style="list-style-type: none"> 1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra; 2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada; 3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico. 	
13.2. Obrigações da Contratada	

1) Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;

2) A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato, inclusive pelas empresas subcontratadas;

3) A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Contrato, ao disposto nos seguintes documentos:

- normas da ABNT;- normas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

4) Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;

5) Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;

6) Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra;

7) Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;

8) Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;

9) Providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/SP referente à execução total da obra e encaminhar o documento comprobatório à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT;

10) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.;

11) Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.;

12) Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;

13) Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;

14) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros;

15) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

16) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

17) Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;

18) Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;

19) Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço;

20) Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de materiais que dependam da utilização do elevador de carga;

21) Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

22) apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;

23) entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;

24) manter, durante toda execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

25) antes do início dos serviços a CONTRATADA deverá efetuar uma reunião com a Coordenadoria de Projetos e Obras, podendo a mesma ser virtual. Esta reunião deverá ocorrer no máximo até 5 (cinco dias) após a assinatura do contrato;

27) efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos e sem serventia;

28) Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras dentre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, e também a resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região;

29) "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."

14. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:

Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso

14.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

O prazo para execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras.

14.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.

14.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Pela Coordenadoria de Projetos e Obras e pela Coordenadoria de Contratos.

14.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input checked="" type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

14.6 Forma de recebimento provisório e definitivo

- Os serviços serão medidos a cada período de 30 (trinta) dias, conferidos por servidor da Coordenadoria de Projetos e Obras, verificando sua conformidade;
- Nas medições o Contratado encaminhará à Coordenadoria de Projetos e Obras a planilha indicando as quantidades e o custo dos serviços executados, observando o Contrato. As planilhas serão conferidas e aprovadas pela Coordenadoria de Projetos e Obras, que autorizará o encaminhamento da documentação necessária e as respectivas notas fiscais para pagamento;
- Nas medições o Contratado deverá encaminhar cópia do livro ponto ou cartão ponto dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços;
- Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços.
- Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
- Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
- O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

14.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento (VER EXEMPLO NA ABA IMR - EXEMPLO)	
Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos e problemas de desembolso perto do final do exercício
Meta a cumprir	150 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	cronograma físico-financeiro
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	a cada período de 30 dias
Mecanismo de cálculo	A mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	o pagamento será executado por medição do trabalho efetuado
Sanções	serão aplicadas sanções por mora no final dos serviços: O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: - Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso; - A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais indicados
Instrumento de Medição	Projetos e Memorial Descritivo
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos e nas medições
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	
14.9 Sanções	
<p>1) O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: - Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso; - A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitados a 10% do valor em atraso</p> <p>2) Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita;</p> <p>3) Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>4) A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, às sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>5) Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.</p>	

14.10 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)				
O licitante deverá apresentar orçamento geral com valor total dos materiais e mão de obra, não sendo necessária apresentação de planilha estimativa, tendo em vista que os serviços a serem executados são eminentemente de modificação do sistema já existente de sprinklers e detectores de fumaça, não sendo utilizados muitos materiais, apenas pequenas conexões e buchas de redução cotovelos e etc.				
ITEM	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I), englobando os serviços em sprinklers e detectores de fumaça.	Serviço	R\$ 0,00	R\$ 0,00

15. DISPOSIÇÕES GERAIS	
<p>1. Ao apresentar a proposta, o licitante estará confirmando que tem conhecimento de todos os projetos e especificações e que estas informações são suficientes e satisfatórias para a execução do objeto do serviço, dentro do prazo previsto;</p> <p>2. Não é permitida a subcontratação dos serviços, salvo em caso excepcional quando deverá ter a avaliação da Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal.</p> <p>3. Após a celebração do contrato do objeto discriminado neste Termo de Referência não será levada em conta nenhuma reclamação ou solicitação, a qualquer título, de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.</p> <p>4. As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais ou distritais, pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de material inaceitável na execução dos serviços;</p> <p>5. Durante o acompanhamento da execução dos serviços, ocorrendo problemas de ordem técnica referente à falta de qualidade na execução dos serviços ou ainda na conduta de membro da equipe de profissionais envolvida no serviço, o Contratante entrará em contato com a Contratada, que deverá, imediatamente, tomar as decisões adequadas.</p> <p>6. Poderá ser disponibilizado um elevador para carga de materiais, contudo só poderão ser transportadas peças que couberem na cabina do elevador e que não excedam o limite total da carga permitida;</p>	

16. ANÁLISE de RISCOS (deverão ser preenchidos os Riscos do Serviço - Item 15.2)			
16.1 Riscos do Processo de Contratação:			
Risco 1	Impugnação durante o processo de licitação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Atrasos na contratação		
Ação Preventiva	Responsável		

Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei.	Gestor
Ação de Contingência	Responsável
Alteração do edital se pertinente e/ou caso haja contrato, renovação excepcional deste.	Gestor e Coord. Licitações e Contratos.

Risco 2	Falta de orçamento para concluir a contratação		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Previsão no Plano de Contratações		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou verificação de outra dotação que possa ser deslocado o valor para esta contratação.		Gestor	

Risco 3	Licitação fracassada ou deserta		
Probabilidade	Média	Impacto	Alto
Dano	Inviabilizar a contratação		
Ação Preventiva		Responsável	
Definição criteriosa do objeto, considerando as soluções disponíveis no mercado e as necessidades do Tribunal, evitando-se direcionamentos à marca/fabricante/solução vedados por lei. Consulta aos fornecedores qualificados para adequação das características técnicas de forma a ampliar a concorrência.		Gestor	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos ou reedição de nova licitação		Gestor	

Risco 4	Atraso na licitação		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Indisponibilidade do serviço		
Ação Preventiva		Responsável	
Início do DOD com antecedência		Equipe de planejamento da contratação	
Ação de Contingência		Responsável	
Manutenção do atual modelo de aquisições dos itens envolvidos		Gestor	

16.2 Riscos do Objeto:			
Risco 1	Inexecução do Contrato		
Probabilidade	Baixa	Impacto	Alto
Dano	Inexecução do Orçamento designado		
Ação Preventiva		Responsável	
Cancelamento do contrato entre TRT e Contratada		Gestor do Contrato	
Ação de Contingência		Responsável	
Cancelamento do contrato entre TRT e Contratada		Gestor do Contrato e Secretaria Administrativa	

17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO			
Contratação é viável?			
<input checked="" type="checkbox"/>	Sim		
<input type="checkbox"/>	Não		

Data:	16/02/22		
Integrante Demandante:	Flávio Roberto O. Cabral		
Integrante Técnico:	Douglas Jefferson Gusso		
- Integrante Administrativo:	Titular: Christiano Carneiro Ferreira	Suplente	Douglas Suetsugo Mitsuse

ANEXO	
TERMO DE REFERÊNCIA / PROJETO BÁSICO– Parte 1	
1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)	
1.1 Descrição resumida do Objeto:	
Contratação empresa especializada para a execução de alterações na rede de sprinklers e detetores de fumaça, conforme projeto.	
1.2 Descrição Detalhada do Objeto, devendo conter metodologia do trabalho (rotina, ordem de execução), local e periodicidade dos serviços (dias, horários e frequência, rotina de execução dos serviços, prazo, cronograma), relação entre a quantidade e a demanda de serviço a ser contratado (inclusive critérios de medição utilizados), quantitativo ou metragem a ser atendida com a prestação dos serviços com detalhamento dos equipamentos (por exemplo: limpeza de 30 condicionadores de ar sendo 10 da marca XWZ, modelo ABC, com 30.000BTU's) e apontar necessidade de técnico responsável.	

1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I).

O OBJETO CONTRATADO COMPREENDERÁ OS SEGUINTE SERVIÇOS:

I-ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO

Sistema de detecção de incêndio

Tendo em vista que a central de alarme de incêndio do prédio é da marca EZALPHA, modelo TRIDENT-ML, os detectores de incêndio à instalar, deverão ser da marca EZALPHA, compatíveis com o modelo da central de alarme de incêndio, pois possuem um número de série que impossibilitam detectores de outras marcas e modelos.

Materiais

Deverão ser instalados detectores de incêndio no prédio, conforme o projeto de adaptações do sistema de detecção de incêndio, apresentado em DWG. e impresso,

Cabeamento

O cabo deverá atender a NBR 17.240, sistema de detecção e alarme de incêndio.

Deverão ser instalados cabos blindados de 1,5" compatíveis com os detectores de incêndio e a central de alarme EZALPHA modelo TRIDENT-ML.

Infraestrutura de instalação

Serão utilizados eletrodutos condutíveis flexíveis estanhado do tipo sealtubo de 1/2", sendo identificadas com uma fita isolante na cor vermelha a cada 1 metro, de modo a atender a NBR 17.240

Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, condutetes, unidutes retos e cônicos, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

II-INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DOS CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Características do sistema

O sistema de chuveiros automáticos é existente, sendo que caixas d'água, barrilete, bomba jockey e principal, seccionadoras, tubulações gerais, subgerais, principais e registro de recalque foram mantidos, obedecendo às características do sistema.

Será necessário apenas adaptar suas áreas de abrangência de alguns bicos devido à atualização de layout.

Os bicos de "sprinklers" a serem instalados e removidos estão apontados no projeto de adaptação de sistema de chuveiros automáticos em anexo.

Deverão ser instalados bicos de sprinklers no edifício, conforme o projeto de adaptações do sistema de chuveiros automáticos, apresentado em DWG. e impresso.

Serão utilizadas tubulações de 25mm, 32mm, 40mm e 50mm de diâmetro, de aço carbono preto com costura DIN 2440 conforme NBR 5580.

Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, abraçadeiras, tirantes, pinos de aço e conexões, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado (p. ex., 12 meses, 30 meses), e se poderá ser prorrogado.

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

Outro

1.4 Local e horário da prestação dos serviços

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Rua Barão de Jaguará, 901	8:00 às 18:00	Segunda a sexta - esporadicamente aos sábados	Coordenadoria de Projetos e Obras - Leandro A. de Moura F.: (019) 3231-9500 r. 2234 - email: cpo.secadm@trt15.jus.br
Outros:	email: cpo.secadm@trt15.jus.br		

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Motivação

Escolha e justificativa da contratação (necessidade/motivação da contratação)

Solução escolhida	Solução 1
Justificativa	Como já existe sistema de sprinklers e detectores de fumaça instalados no edifício sede, o mais indicado é fazer a alteração conforme indicado no projeto, pois não há necessidade de reinstalação de novo sistema. Vantagens: Maior rapidez na execução dos serviços; Menor interferência nos ambientes; Menor gasto na contratação;
Valor estimado	
Outros	não se aplica

2.2 Objetivos a serem alcançados, incluindo benefícios diretos e indiretos esperados

Benefícios esperados (resultados a serem alcançados)

<input checked="" type="checkbox"/>	Adequação das instalações físicas
<input type="checkbox"/>	Preservação das instalações
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção da segurança dos usuários
<input type="checkbox"/>	Adequação de eventos promovidos por este Tribunal
<input type="checkbox"/>	Outro benefício:

2.3 Alinhamento Estratégico

<http://portal.trt15.jus.br/plano-2015-2020>

Adequar constantemente as instalações físicas

2.4 Referência aos Estudos Preliminares

1982/2022

2.5 Relação entre demanda prevista e quantidade de serviço a ser contratado

não se aplica

2.6 Natureza do objeto

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)

2.7 Parcelamento do objeto com demonstração da viabilidade ou não da divisão em grupos (agrupamento de itens em grupos)			
<input checked="" type="checkbox"/>	Adjudicação por item, para maior competitividade e economicidade		
<input type="checkbox"/>	Grupo com vários itens	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único, tendo em vista a padronização	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Grupo único para que não afete o resultado ou a qualidade final do produto ou serviço	Justificativa:	
<input type="checkbox"/>	Outro:	Justificativa:	

2.8 Impacto ambiental
Não

3. GESTÃO DO CONTRATO	
3.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:	
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO MERCADO

Catálogo (CATMAT/CATSER)
220088

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO (Detalhamento da necessidade)
1.1 Descrição resumida do Objeto:
Contratação empresa especializada para a execução de alterações na rede de sprinklers e detectores de fumaça, conforme projeto.

1.2 Descrição Detalhada do Objeto
1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I).
O OBJETO CONTRATADO COMPREENDERÁ OS SEGUINTE SERVIÇOS:
I-ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO
Sistema de detecção de incêndio
Tendo em vista que a central de alarme de incêndio do prédio é da marca EZALPHA, modelo TRIDENT-ML, os detectores de incêndio à instalar, deverão ser da marca EZALPHA, compatíveis com o modelo da central de alarme de incêndio, pois possuem um número de série que impossibilitam detectores de outras marcas e modelos.
Materiais
Deverão ser instalados detectores de incêndio no prédio, conforme o projeto de adaptações do sistema de detecção de incêndio, apresentado em DWG. e impresso,
Cabeamento
O cabo deverá atender a NBR 17.240, sistema de detecção e alarme de incêndio.
Deverão ser instalados cabos blindados de 1,5" compatíveis com os detectores de incêndio e a central de alarme EZALPHA modelo TRIDENT-ML.
Infraestrutura de instalação
Serão utilizados eletrodutos condutete flexíveis estanhado do tipo sealtubo de 1/2", sendo identificadas com uma fita isolante na cor vermelha a cada 1 metro, de modo a atender a NBR 17.240
Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, condutetes, unidutes retos e cônicos, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.
II-INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DOS CHUVEIROS AUTOMÁTICOS
Características do sistema
O sistema de chuveiros automáticos é existente, sendo que caixas d'água, barrilete, bomba jockey e principal, seccionadoras, tubulações gerais, subgerais, principais e registro de recalque foram mantidos, obedecendo às características do sistema.
Será necessário apenas adaptar suas áreas de abrangência de alguns bicos devido à atualização de layout.
Os bicos de "sprinklers" a serem instalados e removidos estão apontados no projeto de adaptação de sistema de chuveiros automáticos em anexo.
Deverão ser instalados bicos de sprinklers no edifício, conforme o projeto de adaptações do sistema de chuveiros automáticos, apresentado em DWG. e impresso.
Serão utilizadas tubulações de 25mm, 32mm, 40mm e 50mm de diâmetro, de aço carbono preto com costura DIN 2440 conforme NBR 5580.
Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, abraçadeiras, tirantes, pinos de aço e conexões, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

1.3 Prazo de vigência do contrato a ser firmado e se poderá ser prorrogado.
Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

2. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO
2.1 Modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas
Pregão eletrônico
2.2 Forma de julgamento:
Menor preço

2.3 Forma de adjudicação (com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens)
--

Por item. Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração Pública é a de menor preço

2.4. Especificação da legislação a ser utilizada nesta contratação, conforme artigo 191 da Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Conforme Despacho da Secretaria da Administração nos autos do PROAD nº 603/2021, serão utilizadas as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002 até o decurso de 2 (dois) anos da publicação oficial da Nova Lei de Licitações, Lei nº 14.133/2021.

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, e a opção escolhida deverá ser indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta, vedada a aplicação combinada desta Lei com as citadas no referido inciso.

Parágrafo único. Na hipótese do caput deste artigo, se a Administração optar por licitar de acordo com as leis citadas no inciso II do caput do art. 193 desta Lei, o contrato respectivo será regido pelas regras nelas previstas durante toda a sua vigência.

2.4 É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?

Não	
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.	
2.4.1 Fundamentação para a opção por SRP:	
Não se aplica	
2.4.2 Histórico de consumo:	
Não se aplica	
2.4.3 Estimativa de consumo:	
Não se aplica	
2.4.4 Quantidade para Consumo Imediato:	
Não se aplica	
2.4.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:	
Não se aplica	
2.4.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:	
Não se aplica	
2.4.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?	
Não se aplica	
2.4.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique	
Não se aplica	

3. REQUISITOS TÉCNICO-LEGAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Há critérios de sustentabilidade a serem observados?			
Não			
Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:			
grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
todos	todos	2 - Contratação de serviços	a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06. b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: • Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; • Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; • No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); • Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; • No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); • Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 6.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; • No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
todos	todos	3.3 - Gestão de resíduos em obras	A Contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, ao disposto nos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002.
Há especificação de ROHs?			
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:		Não se aplica	
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT:			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

3.2 ARQUIVOS

Há arquivos como fotos projetos, croquis que podem ou devem ser disponibilizados aos interessados?	
Sim. Se sim, anexá-los ou, ante a impossibilidade, indicar onde podem ser obtidos/baixados (PROAD, email...)	
Indicar anexo ou local em que pode ser baixado Anexo I - PROAD 1982/2022	
No caso de arquivos como croquis, plantas, desenhos deve-se indicar, no caso de incongruências entre os arquivos disponibilizados e a descrição contida no Termo de Referência ou Projeto Básico, qual deve prevalecer:	
Os arquivos	

3.3 ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA (conforme Acórdão TCU 891/2018-Plenário)

A exigência de documentos que comprovem a qualificação técnica não é apenas uma faculdade, mas um dever da Administração, devendo ser essa exigência a mínima capaz de assegurar que a empresa contratada estará apta a fornecer os bens ou serviços pactuados). Lembrando que é irregular a exigência de atestado de capacidade técnica com quantitativo mínimo superior a 50% do quantitativo de bens e serviços que se pretende contratar, exceto se houver justificativa técnica plausível.

<input checked="" type="checkbox"/>		Apresentação de um ou mais Atestados de capacidade técnica, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, que comprove(m) ter executado satisfatoriamente, serviços com características semelhantes ao objeto deste edital, compatível(eis) características, quantidades e prazos, devendo constar no(s) atestado(s) o atendimento à(s) seguinte(s) parcela(s): • Execução de serviços de instalação de sprinklers e detectores de fumaça
	Operacional:	Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, em consonância com a IN n° 05/2017.
<input checked="" type="checkbox"/>	Registro da empresa no respectivo conselho profissional:	Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou CAU, ou outro Conselho de Profissionais com atribuição para o objeto em questão, em plena validade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Profissional - documentos que comprovam a experiência do profissional registrado perante o respectivo Conselho Profissional como responsável técnico da empresa, como CAT (Certidão de Acervo Técnico).	Apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA, ou outro conselho de profissionais, desde que possua atribuição para a execução do objeto, em nome do(s) responsável(veis) técnico (s) e ou membros da equipe técnica que participarão da obra que demonstre Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, no caso do CREA ou documento similar de acordo com outro conselho de profissionais, relativo à execução de serviço(s) semelhante(s) ao objeto deste edital. Comprovação de que os responsáveis ou membros da equipe técnica acima elencados pertencem ao quadro permanente da licitante na data da licitação. A comprovação será feita, conforme requisitos abaixo: 1) Empregado: cópia da ficha ou livro de registro de empregado registrada na DRT ou ainda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social; 2) Sócio: Contrato Social/Estatuto Social devidamente registrado em órgão competente; 3) Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima; 4) Prestador de serviço: Contrato em regime de prestação de serviços firmado com o licitante, vigente na data da licitação ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame. Caso a empresa vencedora tenha registro no CREA, ou em outro Conselho, em seccional distinta do local da obra, é exigido o visto no respectivo conselho do Estado de São Paulo no momento da primeira reunião, agendada pela CPO no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos após assinatura do contrato. Na ocasião da contratação e da execução dos serviços, os responsáveis técnicos só poderão ser substituídos, desde que aprovados pelo TRT, por profissionais de e igual ou superior capacidade técnica, devidamente comprovado nos termos deste Projeto Básico.
<input type="checkbox"/>	Há necessidade de comprovação de profissional específico? No caso de haver normativo do respectivo Conselho específico para a execução do serviço. Como médico do trabalho para laudo de insalubridade.	

3.4 HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Não
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):
Não se aplica

4. VISTORIA / VISITA TÉCNICA

Há previsão de vistoria/visita técnica?
Facultativa
<div><div>Se sim. Justificar:</div><div>A visita técnica para a formulação das propostas é opcional, entretanto será obrigatória para o vencedor do certame, por ser imprescindível para conhecimento das condições técnicas reais e atualizadas do local para que não haja nenhum problema de ordem técnica na execução do serviço. Caso o licitante optar pela não execução da vistoria, o mesmo não poderá alegar desconhecimento de peculiaridades eventualmente existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização, não podendo alterar o valor da sua proposta por qualquer motivo que a falta da vistoria possa ter proporcionado.</div></div>
OBS: Fundamentação legal: de acordo com jurisprudência do TCU a vistoria ao local somente deve ser exigida quando for imprescindível o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação (Acórdão 234/2015-Plenário)
4.1 Contato para agendamento (nome, telefone/ramal, horário):
Coordenadoria de Projetos e Obras: telefone (19) 3231-9500 r.2234 ou 2244 - Contato: Leandro A. de Moura.Ou pelo email: cpo.secadm@trt15.jus.br

5. PRAZO PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Data estabelecida pelo ofício de início pela Coordenadoria de Projetos e Obras
--

6. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Rua Barão de Jaguará, 901	8:00 às 18:00	Segunda a sexta - esporadicamente aos sábados	Coordenadoria de Projetos e Obras - Leandro A. de Moura F.: (019) 3231-9500 r. 2234 - email: cpo.secadm@trt15.jus.br
Outros:	email: cpo.secadm@trt15.jus.br		

7. GARANTIA

7.1 Garantia do objeto	
Especificar o objeto e a qual grupo se refere:	
A empresa contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços. A contratada responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.	
Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.	
7.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)	
A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:	
1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;	
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e	
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.	
5%	
Justificativa	Para cumprimento das obrigações contratuais

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA			
Especificações:			
8.1. Obrigações da Contratante (TRT)			
<p>Para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico, o TRT se obriga a:</p> <p>1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;</p> <p>2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;</p> <p>3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.</p>			
8.2. Obrigações da Contratada			
<p>1) Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;</p> <p>2) A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato, inclusive pelas empresas subcontratadas;</p> <p>3) A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Contrato, ao disposto nos seguintes documentos:</p> <p>- normas da ABNT;- normas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;</p> <p>4) Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;</p> <p>5) Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;</p> <p>6) Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra;</p> <p>7) Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;</p> <p>8) Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;</p> <p>9) Providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/SP referente à execução total da obra e encaminhar o documento comprobatório à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT;</p> <p>10) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.;</p> <p>11) Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.;</p> <p>12) Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;</p> <p>13) Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;</p> <p>14) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros;</p> <p>15) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;</p> <p>16) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;</p> <p>17) Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;</p> <p>18) Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;</p> <p>19) Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço;</p> <p>20) Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de materiais que dependam da utilização do elevador de carga;</p> <p>21) Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;</p> <p>22) apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;</p> <p>23) entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;</p> <p>24) manter, durante toda execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;</p> <p>25) antes do início dos serviços a CONTRATADA deverá efetuar uma reunião com a Coordenadoria de Projetos e Obras, podendo a mesma ser virtual. Esta reunião deverá ocorrer no máximo até 5 (cinco dias) após a assinatura do contrato;</p> <p>27) efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos e sem serventia;</p> <p>28) Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras dentre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, e também a resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região;</p> <p>29) "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATORIO</p> <p>O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.</p> <p>ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."</p>			
9. MODELO DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO DO CONTRATO			
9.1 Indicação dos membros para papel de Gestor e Fiscal Demandante do contrato:			
Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral		
	Douglas Jefferson Gusso		
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):			
9.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber			
O prazo para execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras.			
9.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços			
O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.			
9.4 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia			
Pela Coordenadoria de Projetos e Obras e pela Coordenadoria de Contratos.			
9.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada			
Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		
9.6 Forma de recebimento provisório e definitivo			

- 1) Os serviços serão medidos a cada período de 30 (trinta) dias, conferidos por servidor da Coordenadoria de Projetos e Obras, verificando sua conformidade;
- 2) Nas medições o Contratado encaminhará à Coordenadoria de Projetos e Obras a planilha indicando as quantidades e o custo dos serviços executados, observando o Contrato. As planilhas serão conferidas e aprovadas pela Coordenadoria de Projetos e Obras, que autorizará o encaminhamento da documentação necessária e as respectivas notas fiscais para pagamento;
- 3) Nas medições o Contratado deverá encaminhar cópia do livro ponto ou cartão ponto dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços;
- 4) Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços.
- 5) Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
- 6) Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
- 7) O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

9.7 Forma de pagamento

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

9.8 Instrumento de Medição de Resultado (IMR) e sua forma de acompanhamento

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos e problemas de desembolso perto do final do exercício
Meta a cumprir	150 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	cronograma físico-financeiro
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	a cada período de 30 dias
Mecanismo de cálculo	A mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	o pagamento será executado por medição do trabalho efetuado
Sanções	serão aplicadas sanções por mora no final dos serviços: O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: - Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso; - A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais indicados
Instrumento de Medição	Projetos e Memorial Descritivo
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos e nas medições
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

9.9 Sanções

- 1) O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso:
- Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso;
- A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitados a 10% do valor em atraso
- 2) Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita;
- 3) Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.
- 4) A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, às sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.
- 5) Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.

10. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O licitante deverá apresentar orçamento geral com valor total dos materiais e mão de obra, não sendo necessária apresentação de planilha estimativa, tendo em vista que os serviços a serem executados são eminentemente de modificação do sistema já existente de sprinklers e detectores de fumaça, não sendo utilizados muitos materiais, apenas pequenas conexões e buchas de redução cotovels e etc.

ITEM	Descrição		Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I), englobando os serviços em sprinklers e detectores de fumaça.		Serviço	R\$ 0,00	R\$ 0,00

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Ao apresentar a proposta, o licitante estará confirmando que tem conhecimento de todos os projetos e especificações e que estas informações são suficientes e satisfatórias para a execução do objeto do serviço, dentro do prazo previsto;

2. Não é permitida a subcontratação dos serviços, salvo em caso excepcional quando deverá ter a avaliação da Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal.

3. Após a celebração do contrato do objeto discriminado neste Termo de Referência não será levada em conta nenhuma reclamação ou solicitação, a qualquer título, de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

4. As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais ou distritais, pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de material inaceitável na execução dos serviços;

5. Durante o acompanhamento da execução dos serviços, ocorrendo problemas de ordem técnica referente à falta de qualidade na execução dos serviços ou ainda na conduta de membro da equipe de profissionais envolvida no serviço, o Contratante entrará em contato com a Contratada, que deverá, imediatamente, tomar as decisões adequadas.

6. Poderá ser disponibilizado um elevador para carga de materiais, contudo só poderão ser transportadas peças que couberem na cabina do elevador e que não excedam o limite total da carga permitida;

TERMO DE REFERÊNCIA – VERSÃO CONTRATOS

Data:	16/02/22
Número do PROAD aberto	1982/2022
Área Demandante:	Coordenadoria de Projetos e Obras
Área Requisitante:	Coordenadoria de Projetos e Obras

Contratação urgente?	<input type="checkbox"/>	Contrato/ata vence nos próximos 4 meses
	<input type="checkbox"/>	Contratada está com certidão irregular
	<input type="checkbox"/>	Houve rescisão do contrato
	<input type="checkbox"/>	Outra justificativa:
Contratação não é urgente		

Catálogo (CATMAT/CATSER)
220088

1. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

É SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)?
Não
Justificativa: Caso seja registro de preços é necessário fundamentar a opção e apresentar métodos de cálculo utilizados para estimativa das quantidades bem como apresentar estimativa de periodicidade de entrega e consumo.
1.1 Fundamentação para a opção por SRP:
Não se aplica
1.2 Histórico de consumo:
Não se aplica
1.3 Estimativa de consumo:
Não se aplica
1.4 Quantidade para Consumo Imediato:
Não se aplica
1.5 Estimativa de periodicidade de aquisição:
Não se aplica
1.6 Quantidade mínima a ser solicitada em cada pedido:
Não se aplica
1.7 TRT-15 É GERENCIADOR OU PARTICIPANTE DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS ?
Não se aplica
1.8 Se houver grupos com vários itens, o edital deverá prever a possibilidade de se solicitar itens isoladamente ? Se sim, justifique
Não se aplica

2. HÁ PREVISÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA?

Não	
Se sim. Indicar norma técnica a ser observada (certificação compulsória INMETRO, NR, ABNT, Anvisa, Registro CREA/CAU, ANTT etc - EXCETO disposição do Guia de Sustentabilidade):	
	Não se aplica

3. OBJETO

3.1 Descrição Detalhada do Objeto
--

1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I).

O OBJETO CONTRATADO COMPREENDERÁ OS SEGUINTE SERVIÇOS:

I-ADAPTAÇÃO DO SISTEMA DE DETECÇÃO DE INCÊNDIO

Sistema de detecção de incêndio

Tendo em vista que a central de alarme de incêndio do prédio é da marca EZALPHA, modelo TRIDENT-ML, os detectores de incêndio à instalar, deverão ser da marca EZALPHA, compatíveis com o modelo da central de alarme de incêndio, pois possuem um número de série que impossibilitam detectores de outras marcas e modelos.

Materiais

Deverão ser instalados detectores de incêndio no prédio, conforme o projeto de adaptações do sistema de detecção de incêndio, apresentado em DWG. e impresso,

Cabeamento

O cabo deverá atender a NBR 17.240, sistema de detecção e alarme de incêndio.

Deverão ser instalados cabos blindados de 1,5" compatíveis com os detectores de incêndio e a central de alarme EZALPHA modelo TRIDENT-ML.

Infraestrutura de instalação

Serão utilizados eletrodutos condutete flexíveis estanhado do tipo sealtubo de 1/2", sendo identificadas com uma fita isolante na cor vermelha a cada 1 metro, de modo a atender a NBR 17.240

Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, condutetes, unidutes retos e cônicos, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

II-INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DOS CHUVEIROS AUTOMÁTICOS

Características do sistema

O sistema de chuveiros automáticos é existente, sendo que caixas d'água, barrilete, bomba jockey e principal, seccionadoras, tubulações gerais, subgerais, principais e registro de recalque foram mantidos, obedecendo às características do sistema.

Será necessário apenas adaptar suas áreas de abrangência de alguns bicos devido à atualização de layout.

Os bicos de "sprinklers" a serem instalados e removidos estão apontados no projeto de adaptação de sistema de chuveiros automáticos em anexo.

Deverão ser instalados bicos de sprinklers no edifício, conforme o projeto de adaptações do sistema de chuveiros automáticos, apresentado em DWG. e impresso.

Serão utilizadas tubulações de 25mm, 32mm, 40mm e 50mm de diâmetro, de aço carbono preto com costura DIN 2440 conforme NBR 5580.

Deverá ser considerada, a necessidade de utilização de miudezas como: parafusos, abraçadeiras, tirantes, pinos de aço e conexões, bem como remoção e instalação parcial do forro existente, conforme discriminado na planilha orçamentária.

4. EXECUÇÃO DO CONTRATO

4.1 Local e horário da prestação dos serviços

Endereço	Horário	Dias da semana/Outro	Agendamento, indicar nome, telefone/ramal
Rua Barão de Jaguará, 901	8:00 às 18:00	Segunda a sexta - esporadicamente aos sábados	Coordenadoria de Projetos e Obras - Leandro A. de Moura F.: (019) 3231-9500 r. 2234 - email: cpo.secadm@trt15.jus.br
Outros:	email: cpo.secadm@trt15.jus.br		

4.2 Definição de etapas da execução, com logística de implantação, cronograma, no que couber

O prazo para execução dos serviços será de 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir da autorização formal da Coordenadoria de Projetos e Obras.

4.3 Indicação dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento e/ou prestação de serviços

O gestor do contrato encaminhará à Contratada autorização formal para início da execução dos serviços contratados.

4.4 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do serviço entre órgão e contratada

Tipo	Forma	Periodicidade	Emissor
<input type="checkbox"/>	Encaminhamento de Ordem de Serviço	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	E-mail	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Abertura de chamado	Conforme especificações da descrição	
<input checked="" type="checkbox"/>	Reunião Presencial	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Reunião Videoconferência	Quando necessário	
<input type="checkbox"/>	Telefone	Quando necessário	Coord. de Projetos e Obras
<input type="checkbox"/>	Outra		

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. SUSTENTABILIDADE

Há critérios de sustentabilidade a serem observado?

Não

Se há critério no Guia, preencher a tabela abaixo com os dados:

grupo (caso para um mesmo grupo seja necessário mais de um critério, colocar mais de uma linha para o grupo)	Objeto/Item	Critério (somente é possível selecionar um item por linha)	Documento (esta coluna é preenchida automaticamente, conforme o item selecionado no Critério)
todos	todos	2 - Contratação de serviços	a) Obedecer às normas técnicas, de saúde, higiene e de segurança do trabalho, fornecendo aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços e fiscalizando o seu uso, conforme consta da Norma Regulamentadora MTE nº 06. b) comprovar, como condição prévia ao início dos serviços, e durante sua vigência, sob pena de rescisão entre as partes, o atendimento das seguintes condições: a) não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/IMIRDH nº 04/2016; e b) não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta ao previsto: ● Nos artigos 1º, 3º (inciso IV), 7º (inciso XXXIII) e 170 da Constituição Federal de 1988; ● Nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal Brasileiro; ● No Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo); ● Nas Convenções da OIT nº 29 e nº 105; ● No Capítulo IV do Título III (Da Proteção do Trabalho do Menor) do Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT); ● Nos arts. 60 a 69 da Lei nº 8.069/1990 (ECA), que trata do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho; ● No Decreto nº 6.481/2008, o qual trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.
todos	todos	3.3 - Gestão de resíduos em obras	A Contratada deverá responsabilizar-se pela destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, ao disposto nos artigos 3º e 10º da Resolução Conama nº 307/2002.

Há especificação de ROHs?		Não se aplica	
Se há critério no Guia e NÃO vai ser colocado, justificar:			
Atentar para critérios de sustentabilidade ambiental estabelecidos no Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho – 3ª edição do CSJT.			
Guia de Contratações Sustentáveis 3ª edição			

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1) Executar os serviços contratados de acordo com as técnicas de execução pertinentes e obedecendo ao prazo indicado quando da efetivação da contratação;

2) A contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste Contrato, inclusive pelas empresas subcontratadas;

3) A execução dos serviços obedecerá rigorosamente, além das especificações constantes deste Contrato, ao disposto nos seguintes documentos:

- normas da ABNT; - normas do Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo;

4) Apresentar relação do pessoal técnico que se responsabilizará pelos serviços a serem executados. Sempre que houver qualquer alteração do quadro do pessoal técnico, esta deverá ser comunicada por escrito ao Tribunal;

5) Indicar um profissional de seu quadro com poderes de representante ou preposto para tratar, ajustar e providenciar com e para a CONTRATANTE, e responder pelos serviços quanto à qualidade, prazos e alterações, informando nome, endereço e telefones de contato;

6) Deverá ser recolhida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) assinada por profissional devidamente habilitado, pertencente ao quadro de funcionários da empresa, que será o Responsável Técnico da obra;

7) Os serviços deverão ser executados por pessoal técnico qualificado;

8) Todos os funcionários prestadores de serviço da Contratada deverão usar crachá de identificação pessoal;

9) Providenciar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/SP referente à execução total da obra e encaminhar o documento comprobatório à Coordenadoria de Projetos e Obras do TRT;

10) A Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, etc.;

11) Fornecer por escrito, sempre que solicitado pelo Contratante e quando achar conveniente sem solicitação do Contratante, ocorrências relativas a pessoal, material retirado e adquirido, andamento dos serviços etc.;

12) Obedecer a todas as recomendações, com relação à segurança do trabalho;

13) Providenciar que seus funcionários utilizem EPI's adequados à execução dos serviços;

14) Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho, danos ou prejuízos causados ao contratante e a terceiros;

15) Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;

16) Efetuar o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato;

17) Evitar transtornos ao fornecimento de água, energia elétrica e telefone, durante o expediente do contratante, em decorrência da prestação dos serviços;

18) Informar à fiscalização a eventual necessidade de adaptações nos quadros elétricos, racks da telefonia e de dados, antes da execução dos serviços;

19) Concluir os serviços obedecendo aos prazos registrados na ordem de serviço;

20) Informar antecipadamente o recebimento ou retirada de materiais que dependam da utilização do elevador de carga;

21) Manter quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços conforme previsão contratual, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados e reforçar a sua equipe de técnicos no local de execução dos serviços, em se constatando a sua insuficiência, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto;

22) apresentar relação com marca, tipo, modelo de todos os equipamentos e materiais cotados a serem utilizados;

23) entregar o local (e as adjacências) destinado à instalação do sistema devidamente limpo, livre de resíduos;

24) manter, durante toda execução do presente Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação técnicas exigidas na licitação;

25) antes do início dos serviços a CONTRATADA deverá efetuar uma reunião com a Coordenadoria de Projetos e Obras, podendo a mesma ser virtual. Esta reunião deverá ocorrer no máximo até 5 (cinco dias) após a assinatura do contrato;

27) efetuar o bota fora de todos os equipamentos/materiais removidos e sem serventia;

28) Durante a prestação dos serviços dentro das dependências do TRT é obrigatório o uso de máscaras dentre outros equipamentos de proteção contra a disseminação da COVID-19. A contratada deverá observar e atender às disposições editadas por este Tribunal, e também a resolução CNJ nº 322, além de outras editadas posteriormente, que dispõem sobre o uso de equipamentos de proteção contra a disseminação do COVID-19, para trabalhos nas dependências sob responsabilidade deste TRT 15ª Região;

29) "PAGAMENTO DOS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS - CADASTRO OBRIGATÓRIO

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da resolução nº 245/2019, instituiu o Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO). A finalidade do SIGEO é o processamento de informações relacionadas ao planejamento, à execução e ao acompanhamento orçamentário e financeiro da Justiça do Trabalho. Assim, o envio das notas fiscais e certidões deverá ocorrer pelo sistema SIGEO e, com isso, os prestadores de serviço e fornecedores do TRT-15 deverão realizar o cadastro obrigatório no sistema, inserindo os documentos solicitados no sistema.

ATENÇÃO: Reforçamos a informação de que o pagamento somente ocorrerá após o devido preenchimento do cadastro no sistema SIGEO e a inserção dos documentos solicitados, por parte da empresa contratada."

6. GARANTIA DO OBJETO E DO CONTRATO

6.1 Garantia do objeto

Especificar o objeto e a qual grupo se refere:

A empresa contratada responderá durante 5 (cinco) anos após o Recebimento Definitivo dos serviços. A contratada responderá por sua qualidade e segurança nos termos do Código Civil Brasileiro, devendo efetuar a reparação de quaisquer falhas, vícios, defeitos ou imperfeições que se apresentem nesse período, independentemente de qualquer pagamento do Contratante.

Especificar prazos, características (on-site ou não), abrangências, discriminar responsabilidade(s) (fornecedor/fabricante), necessidade de colocar aparelho substituindo enquanto promove manutenção. Verificar praxes de mercado.

6.2 Garantia do Contrato (para cumprimento das obrigações contratuais)

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

1. prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
2. multas punitivas aplicadas pelo TRT à CONTRATADA; e
3. prejuízos diretos causados ao TRT decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

5%

Justificativa Para cumprimento das obrigações contratuais

6.3 Forma de acompanhamento dos prazos de garantia

Pela Coordenadoria de Projetos e Obras e pela Coordenadoria de Contratos.

7. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (TRT)

Para a perfeita execução do objeto deste Projeto Básico, o TRT se obriga a:

1. Proporcionar as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, permitindo o livre acesso dos empregados e prepostos da Contratada ao local onde será executada a obra;
2. Promover, através dos seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização da obra, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, dirimindo as dúvidas e questões porventura não esclarecidas, anotando em registros próprios as falhas detectadas e notificando a executante da obra acerca da ocorrência de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
3. Promover o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Projeto Básico.

8. VALOR

8.1 Forma de apresentação da proposta (montar planilha/tabela que especifica de que forma o objeto deve ser precificado pelo mercado)

O licitante deverá apresentar orçamento geral com valor total dos materiais e mão de obra, não sendo necessária apresentação de planilha estimativa, tendo em vista que os serviços a serem executados são eminentemente de modificação do sistema já existente de sprinklers e detectores de fumaça, não sendo utilizados muitos materiais, apenas pequenas conexões e buchas de redução cotovelos e etc.

ITEM	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
------	-----------	---------	----------------	-------------

1	serviços de adaptação em sistema existente de prevenção e combate à incêndio no Edifício Sede Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, seguindo o projeto (Anexo I), englobando os serviços em sprinklers e detectores de fumaça.		Serviço	R\$ 0,00	R\$ 0,00

9. EQUIPE DE GESTÃO

Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
Fiscal Demandante do Contrato (Fiscal):	Douglas Jefferson Gusso
Fiscal Técnico do Contrato:	Leandro Amado de Moura
Fiscal Administrativo	André Luis Tomadão (titular) e Carlos Rodrigues da Silva (suplente)

10. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

Indicador 1	Entrega dos serviços dentro do prazo contratual
Finalidade	Evitar atrasos e problemas de desembolso perto do final do exercício
Meta a cumprir	150 dias após o início dos serviços
Instrumento de Medição	cronograma físico-financeiro
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	a cada período de 30 dias
Mecanismo de cálculo	A mora é verificada na entrega final dos serviços
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	o pagamento será executado por medição do trabalho efetuado
Sanções	serão aplicadas sanções por mora no final dos serviços: O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso: - Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso; - A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento).
Indicador 2	Qualidade na execução dos serviços e dos equipamentos/materiais postos em obra
Finalidade	garantir a qualidade final do serviço
Meta a cumprir	execução de acordo com os projetos e memoriais descritivos, utilizando dos equipamentos/materiais indicados
Instrumento de Medição	Projetos e Memorial Descritivo
Forma de Acompanhamento	pelo gestor
Periodicidade	durante todo o serviço, essencialmente no momento do recebimento dos materiais/equipamentos e nas medições
Mecanismo de cálculo	não se aplica
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	não se aplica
Sanções	materiais/equipamentos diferentes dos especificados não serão aceitos pelo Tribunal
Indicador 3	
Finalidade	
Meta a cumprir	
Instrumento de Medição	
Forma de Acompanhamento	
Periodicidade	
Mecanismo de cálculo	
Faixas de Ajuste no pagamento mensal	
Sanções	

11. FATURAMENTO

Gestor do Contrato:	Flávio Roberto O. Cabral
----------------------------	--------------------------

12. FORMA DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

1) Os serviços serão medidos a cada período de 30 (trinta) dias, conferidos por servidor da Coordenadoria de Projetos e Obras, verificando sua conformidade;
2) Nas medições o Contratado encaminhará à Coordenadoria de Projetos e Obras a planilha indicando as quantidades e o custo dos serviços executados, observando o Contrato. As planilhas serão conferidas e aprovadas pela Coordenadoria de Projetos e Obras, que autorizará o encaminhamento da documentação necessária e as respectivas notas fiscais para pagamento;
3) Nas medições o Contratado deverá encaminhar cópia do livro ponto ou cartão ponto dos funcionários envolvidos na prestação dos serviços;
4) Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado o recebimento e será emitido um Termo de Recebimento Provisório, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.666/1993. Este procedimento se repetirá até a conclusão dos serviços.
5) Após a última medição, será emitido pela Comissão de Exames de Obras e Serviços o Termo de Recebimento Definitivo, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei n.º 8.666/1993.
6) Serão rejeitados, total ou parcialmente, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados;
7) O recebimento não exclui as responsabilidades civil e penal da empresa contratada.

13. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Coordenadoria de Execução Orçamentária e Financeira deste TRT, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento definitivo do objeto, conforme dispõe o artigo 73 da Lei 8.666/1993.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA

Serviço não contínuo (escopo ou tempo limitado)
Outro

14.1 Forma de continuidade serviço em eventual interrupção contratual

<input checked="" type="checkbox"/>	Em caso de serviço não contínuo, realização de nova contratação
-------------------------------------	---

<input type="checkbox"/>	Em caso de serviço contínuo, análise quanto à viabilidade de realização de contratação emergencial com abertura de PROAD com as devidas justificativas
<input type="checkbox"/>	Prorrogação excepcional do contrato por mais 12 meses ou até que se conclua nova licitação, caso possível
Outra opção:	

14.2 Ações de transição contratual e de encerramento contratual	
Conciliação do final da vigência de contratos com mesmo objeto	
É necessário sobreposição contratual?	
Não se aplica	
14.2.1. Entrega de versões finais dos produtos alvos da contratação e/ou Transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da contratação	
Não se aplica	
14.2.2. Devolução de recursos materiais	
Não se aplica	

15. SANÇÕES
<p>1) O atraso injustificado na conclusão dos serviços ensejará aplicação das seguintes multas, calculadas sobre o valor total dos serviços entregues com atraso:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Até o 7º dia de atraso: multa única de 2% (quatro por cento) cobrados sobre os valores em atraso; - A partir do 8 dia de atraso: multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitados a 10% do valor em atraso <p>2) Os dias em atraso serão contados a partir da data em que a obrigação deveria ter sido satisfeita;</p> <p>3) Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente, indevidamente fundamentados ou não comprovados, ficando a aceitação das justificativas a critério do TRT.</p> <p>4) A aplicação das multas estabelecidas nesta cláusula, nos termos do artigo 86 da Lei nº 8.666/1993, não impede que o TRT rescinda unilateralmente o contrato e/ou aplique as demais sanções previstas no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, no que couber, às sanções assinaladas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/1993.</p> <p>5) Na aplicação de quaisquer sanções previstas na legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a prévia defesa.</p>

16. DISPOSIÇÕES GERAIS
<p>1. Ao apresentar a proposta, o licitante estará confirmando que tem conhecimento de todos os projetos e especificações e que estas informações são suficientes e satisfatórias para a execução do objeto do serviço, dentro do prazo previsto;</p> <p>2. Não é permitida a subcontratação dos serviços, salvo em caso excepcional quando deverá ter a avaliação da Coordenadoria de Projetos e Obras do Tribunal.</p> <p>3. Após a celebração do contrato do objeto discriminado neste Termo de Referência não será levada em conta nenhuma reclamação ou solicitação, a qualquer título, de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.</p> <p>4. As normas de segurança constantes deste Termo de Referência não desobrigam a Contratada do cumprimento de outras disposições legais, federais ou distritais, pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações, ou reclamações movidos por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de negligência nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de material inaceitável na execução dos serviços;</p> <p>5. Durante o acompanhamento da execução dos serviços, ocorrendo problemas de ordem técnica referente à falta de qualidade na execução dos serviços ou ainda na conduta de membro da equipe de profissionais envolvida no serviço, o Contratante entrará em contato com a Contratada, que deverá, imediatamente, tomar as decisões adequadas.</p> <p>6. Poderá ser disponibilizado um elevador para carga de materiais, contudo só poderão ser transportadas peças que couberem na cabina do elevador e que não excedam o limite total da carga permitida;</p>